

e do Desporto, reconheço como sendo de interesse público o evento referido.

10 de Março de 2010. — O Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, *Laurentino José Monteiro Castro Dias*.

12092010

Despacho n.º 10649/2010

1 — Nos termos e ao abrigo do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, conjugado com o artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 69-

A/2009, de 24 de Março, designo a assistente operacional do mapa de pessoal do Hospital Pulido Valente (Centro Hospitalar Lisboa — Norte), Maria da Conceição Oliveira Cardoso da Silva, para exercer funções de apoio administrativo no meu Gabinete, em cedência de interesse público, sem suspensão do estatuto de origem.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 16 de Junho de 2010.

14 de Junho de 2010. — O Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, *Laurentino José Monteiro Castro Dias*.

12552010

Direcção-Geral das Autarquias Locais**Declaração (extracto) n.º 144/2010**

Torna-se público que S. Ex.ª o Secretário de Estado da Administração Local, por despacho de 18 de Maio de 2010, a pedido da Câmara Municipal da Covilhã, declarou a utilidade pública urgente da expropriação das parcelas a seguir referenciadas e identificadas na planta anexa:

N.º Parcela	Proprietário(s)	Outro(s) interessado(s)	Área M ²	Matriz		N.º da descrição do registo predial
				Rústico	Urbano	
1	António José da Costa e mulher Maria Ascensão de Jesus Henriques Costa		113	4 (Canhoso)	—	14
2	Maria de Jesus Gonçalves Henriques		157	1427 (Aldeia do Carvalho)	—	Omisso
3	António Silva Afonso António Luís Pereira José Freire Pais		370	Omisso	—	Omisso
4	Fernando de Jesus Louro		165	Omisso	—	Desconhecido

A expropriação destina-se à “Construção do arruamento e escadaria de acesso à Capela entre o eixo TCT e o Largo da Capela, em Ladeira do Bisca, Freguesia do Canhoso — Covilhã”.

Aquele despacho foi emitido ao abrigo dos artigos 1.º, 3.º, n.º 1, e 15.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, tem os fundamentos de facto e de direito expostos na Informação Técnica n.º I-000176-2010, de 4 de Maio de 2010, da Direcção-Geral das Autarquias Locais, e tem em consideração os documentos constantes do Processo n.º 13.061.08/DMAJ, daquela Direcção-Geral.

Lisboa, 27 de Maio de 2010. — A Directora-Geral, *Eugénia Santos*.

**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 10650/2010

Nos termos do n.º 3 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de Agosto, 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril, é nomeado o licenciado Tiago Luís Dias Joanaz de Melo para exercer as funções de subdirector-geral do Orçamento.

O presente despacho produz efeitos a 1 de Junho de 2010.

17 de Junho de 2010. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

ANEXO

Nota Curricular (académica e profissional)

I — Dados pessoais:

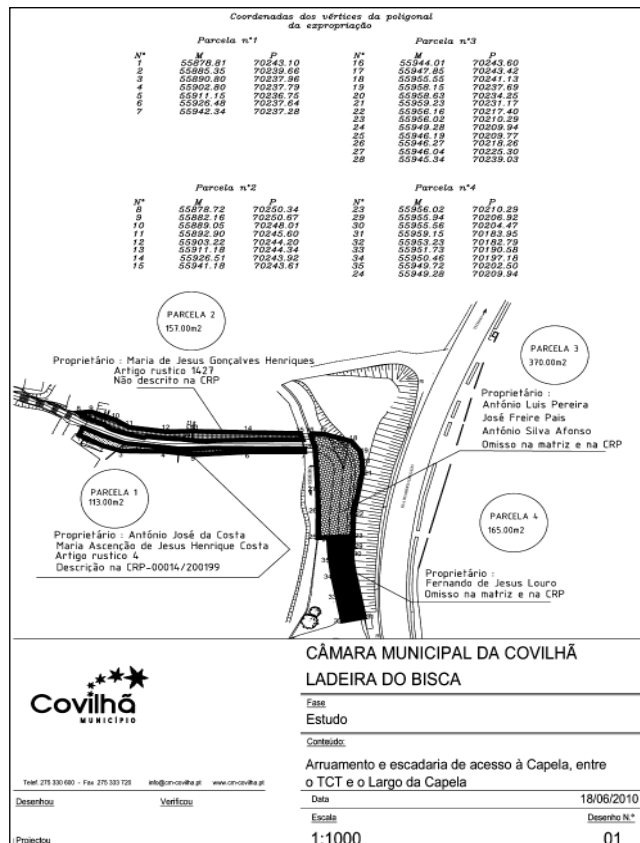
Nome: Tiago Luís Dias Joanaz de Melo;
Data de nascimento: 15 de Julho de 1967.

II — Habilitações académicas:

Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa;
Pós-graduação em Gestão Estratégica pela Universidade Católica Portuguesa, de Lisboa.

III — Formação complementar:

Frequência de acções de formação para formadores em 2007 e 2008 ministradas pelo Instituto Nacional de Administração (INA);



203401313

Frequência da acção de formação subordinada ao tema «Contratação pública», ministrado pelo OPET, em 2008;

Frequência do curso de *roll-play* (auto-escopia), pela Deloitte /Evo-luiyech em 2007;

Participação na Conferência Anual da American Society for Public Administration, Washington DC, em 2007;

Visita ao GAO e OMB (Washington) em representação da Deloitte para estudo do sistema orçamental e controlo de contas públicas norte americanas em 2005.

IV — Percurso profissional:

De 2001 a 2009, *manager* do grupo responsável pelo sector de actividade Public Sector, Life Science & Healthcare da Deloitte em Portugal;

De 2000 a 2001, director na área de *management solutions* na Arthur Andersen, especialista da área financeira pública;

De 1999 a 2000, consultor sénior na Divisão de Business Consulting na Arthur Andersen, como especialista de implementação de ERP na área financeira pública;

De 1998 a 1999, consultor sénior na área administrativo-financeira pública e coordenação de equipas de implementação de sistemas (ERP), SAP, na Novabase;

De 1995 a 1998, consultor sénior na área financeira e ERP na Origin International;

De 1992 a 1995, consultor na Andersen Consulting.

V — Actividade profissional mais relevante:

Especialista da área de gestão pública no âmbito administrativo-financeiro, tendo desempenhado funções de assessoria à Direcção-Geral do Orçamento (DGO), eminentemente na área da revisão dos processos da Conta Geral do Estado;

Nos últimos 11 anos desempenhou funções de director em grandes multinacionais da área da consultoria e auditoria;

Participou no desenho e implementação de soluções de serviços partilhados;

Implementou sistemas integrados de gestão (vulgo ERP's) na área financeira;

Participou em vários estudos publicados e publicou diversos artigos de opinião;

Formador de diversos cursos de formação (principalmente na área administrativo-financeira, nas áreas da gestão de recursos orçamentais e materiais, em especial no âmbito do Regime Administrativo e Financeiro do Estado, POCF, POCED, POCAL, contratação pública e sua integração com a contabilidade pública);

Consultoria de gestão na área de especialidade em projectos de organismos do sector público;

Foi o coordenador técnico do Prémio Boas Práticas no Sector Público nas suas sete primeiras edições.

VI — Publicações:

Autor dos seguintes artigos e comunicações:

Artigo «Porque a burocracia está cansada de ser confundida com a buROcracia?» na revista *SAP Club* (2009);

Comunicação «O impacto nas organizações da aplicação do novo Código dos Contratos Públicos» na Câmara de Comércio Luso-Americana em parceria com a PLMJ (Maio 2009);

Comunicação «O Código dos Contratos Públicos: Orientações na utilização» no Oracle Business Fórum (Maio 2009);

Comunicação «O novo Código dos Contratos Públicos — Visto por quem trabalha com ele» no 6.º Congresso Nacional da Administração Pública (Outubro 2008);

Artigo «Existe transparência na forma como o Estado gasta o nosso dinheiro» no jornal *OJE* (Setembro 2008);

Artigo «Um aplauso a quem trabalha — A apetência para a mudança na Administração Pública» no *Jornal de Negócios* (Julho de 2007);

Artigo «Mudança na Administração Pública na Interface (Junho de 2007);

Artigo «Lei das Finanças Locais — Copo meio vazio?» no *Jornal de Negócios* (Abril de 2007);

Artigo «Porque é que o regime financeiro do Estado gera impro-ductividade?» no *Jornal de Negócios* (Janeiro de 2007);

Artigo «Lei das Finanças Locais — Copo meio vazio?» no *Jornal de Negócios* (Abril de 2007);

Artigo «Como pode o Estado gerir os seus recursos humanos (RH) sem informação?» no *Diário de Notícias* (Outubro de 2006);

Artigo «O retorno do investimento no sector público» no *Jornal de Negócios* (Setembro de 2006);

Artigo «Redução de custos sustentada — Solução que garante sucesso» no *Jornal de Negócios* (Junho 2006);

Artigo «É urgente gerir o património do Estado. Mas para isso é preciso saber qual» no *Jornal de Negócios* (Março 2006);

Artigo «*Best practice* na produção legislativa — O que podemos aprender com outras experiências» no *Jornal de Negócios* (Janeiro 2006);

Artigo «Pagamentos de pessoal indexados à produtividade no sector público — O caso prático do GAO» no *Jornal de Negócios* (Fevereiro 2006);

Artigo «Racionalizar as despesas com pessoal no Estado» no *Semanário Económico* (2005);

Artigo «O orçamento plurianual como ferramenta de racionalização e controlo de despesa» no *Semanário Económico* (2005);

Artigo «Contabilidade patrimonial na Administração Pública — Uma vaga de mudança na Europa que se sedimenta em Portugal» no *Semanário Económico* (2005);

Estudos «A mudança na Administração Pública» (2005 a 2007) com base em inquéritos anuais realizados aos participantes do Congresso Nacional da Administração Pública;

Estudos «A reforma na Administração Pública» (2004) com base em inquéritos anuais realizados aos participantes do Congresso Nacional da Administração Pública;

Comunicação «A importância do controlo de gestão nas entidades públicas» na conferência Gestão Orçamental e Auditoria nos Serviços Públicos, organizada pela NPF, (2001);

Comunicação «Contabilidade de custos como instrumento para determinação de custos/proveitos» na conferência Adopção de Mecanismos para a Gestão Orçamental e Patrimonial na Administração Pública, (2001).

203405137

Gabinete do Secretário de Estado da Administração Pública

Despacho n.º 10651/2010

Considerando que ao abrigo do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de Abril, foi concedida a Maria de Fátima de Aguiar Monteiro licença especial para o exercício de funções transitórias na Região Administrativa Especial de Macau;

Considerando que a mesma, nos termos do artigo 1.º daquele diploma legal, solicitou a sua renovação;

Autorizo que, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de Abril, seja renovada a licença especial para o exercício de funções transitórias na Região Administrativa Especial de Macau, concedida a Maria de Fátima de Aguiar Monteiro, pelo período de um ano, com efeitos a 1 de Abril de 2010.

4 de Junho de 2010. — O Secretário de Estado da Administração Pública, *Gonçalo André Castilho dos Santos*.

203402115

Despacho n.º 10652/2010

Considerando que ao abrigo do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de Abril, foi concedida a José Luís de Sales Marques licença especial para o exercício de funções transitórias na Região Administrativa Especial de Macau;

Considerando que o mesmo, nos termos do artigo 1.º daquele diploma legal, solicitou a sua renovação;

Autorizo que, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de Abril, seja renovada a licença especial para o exercício de funções transitórias na Região Administrativa Especial de Macau concedida a José Luís de Sales Marques, pelo período de dois anos, com efeitos a 1 de Março de 2010.

4 de Junho de 2010. — O Secretário de Estado da Administração Pública, *Gonçalo André Castilho dos Santos*.

203401776

Despacho n.º 10653/2010

Considerando que, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de Abril, foi concedida a Anabela Yut Wa Kong Cardoso licença especial para o exercício de funções transitórias na Região Administrativa Especial de Macau;

Considerando que a mesma, nos termos do artigo 1.º daquele diploma legal, solicitou a sua renovação;

Autorizo que, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de Abril, seja renovada a licença especial para o exercício de funções transitórias na Região Administrativa Especial de Macau concedida a Anabela Yut Wa Kong Cardoso, pelo período de um ano, com efeitos a partir de 15 de Agosto de 2010.

4 de Junho de 2010. — O Secretário de Estado da Administração Pública, *Gonçalo André Castilho dos Santos*.

203401492